

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922011	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922012	
CAPÍTULO 3	22
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922013	
CAPÍTULO 4	37
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922014	
CAPÍTULO 5	48
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922015	
CAPÍTULO 6	59
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922016	

CAPÍTULO 7	72
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922017	
CAPÍTULO 8	83
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922018	
CAPÍTULO 9	91
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922019	
CAPÍTULO 10	103
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220110	
CAPÍTULO 11	111
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220111	
CAPÍTULO 12	125
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220112	
CAPÍTULO 13	142
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220113	
CAPÍTULO 14	156
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220114	

CAPÍTULO 15	168
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
SOBRE A ORGANIZADORA	183

PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO

Rute Andrade dos Santos

Universidade Federal do Tocantins, Palmas –
Tocantins.

RESUMO: O Brasil tem hoje um cenário muito sedutor à inserção dos trabalhadores no serviço público. O IBGE aponta que esse é um movimento crescente em todo país, especificamente em Palmas, Tocantins. Pensando nesse cenário que vivencia a capital do Tocantins, juntamente com a história da sua construção social e formação da sua identidade, cidade da “*felicidade*” pensou-se na elaboração desse artigo, cuja pretensão é identificar a relação entre as representações simbólicas da capital com as oportunidades e a busca pelo setor público por parte dos “concurseiros”, apresentando aspectos da identidade desta categoria. O método de trabalho realizado foi a revisão da literatura sobre a temática proposta. Ancorados no suporte teórico desenvolvido, é possível caminhar para reflexões que possibilitem entender a construção da identidade dos “concurseiros”, suas escolhas e as influências advindas do modelo econômico e da forte representação simbólica presente nas instituições da cidade. Conclui-se que há um cenário propício para fomentar o fenômeno dos concursos públicos na capital do estado, por meio de políticas de atração para migrantes

“concurseiros”, com o aumento dos cargos públicos, mais estabilidade e a atratividade dos salários, e com discursos e espaços urbanos de identificação regional da imagem da felicidade: consumo, status, visibilidade e poder.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso Público, Identidade, Trabalho, Palmas.

ABSTRACT: Today, a Brazil has a very seductive scenario for the inclusion of workers in the public service. IBGE indicates that this is growing movement in every country and specifically in the Palmas’s city, in Tocantins. Thinking about this scenario that lives in the capital of Tocantins, along with the history of its social construction and formation of its identity, city of “happiness” was thought in the elaboration of this article. This aim is to identify the relationship between the symbolic representations from the capital, with the opportunities and the search for the public sector by the “competitors”, presenting aspects of the identity of this category. The work method was the revision of the literature on the proposed theme. Anchored in the developed theoretical support, it is possible to walk to reflections that allow to understand the construction of the identity of the “concurrents”. Their choices and the influences coming from the economic model and a strong symbolic representations present in the institutions’s city. It is concluded that there is a favorable scenario to foment

the phenomenon of public tenders in the capital of the state. Both through policies of attraction for the “concurrent” migrants, with the increase of public positions, more stability and attractiveness of wages, as well as in the discourses and urban spaces of regional identification of the image of happiness: consumption, status, visibility and power.

KEYWORDS: Public Contest, Identity, Work, Palmas.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil tem hoje um cenário muito sedutor à inserção dos trabalhadores no serviço público. A própria crise econômica que vive o país atualmente estimula a população ativa a procurar este tipo de trabalho, em que se possa desenvolver uma carreira pública. A todo momento vê-se nas mídias reportagens e chamadas para concursos públicos atraindo uma grande massa de profissionais para o setor. As chamadas utilizam como maior atrativo os salários proporcionados pelas instituições e a estabilidade no serviço público.

A página de política do G1 (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/n-de-servidores-publicos-municipais-subiu-667-em-13-anos-diz-ibge.html>) trouxe, no ano de 2015, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- 2013, em que quantificou o número de servidores públicos no país no ano de 2012 igual a 3,12 milhões, representando 1,6% da população total brasileira do ano em questão. Outro dado importante, citado nesta pesquisa, aponta que mais da metade dos funcionários públicos da administração direta, um representativo de 83,7% do total do funcionalismo público, tem curso superior ou pós-graduação.

Outra matéria do IBGE de 2014 elencou “Os estados que têm os maiores percentuais de servidores nas prefeituras em relação às populações das cidades são respectivamente o Tocantins (6,2%), Amazonas (5,2%) e os estados do Nordeste (entre 6,3% e 5,2%), com exceção da Bahia e Pernambuco” (G1, 2014) e as unidades com mais servidores estaduais em relação à população são: Distrito Federal - 5,1%; Acre – 4,9%; Roraima – 4,9%; Amapá – 3,9% e Tocantins – 3,6%.

Dados do Ministério do Planejamento (2015a) apontam que o Brasil tem, somente no exercício do Executivo, 767 mil servidores públicos federais alocados, com uma despesa média de pagamento para os ativos de R\$ 6,2 milhões, sendo 75% em regime estatutário. O regime estatutário, é o regime que não se aplica a Constituição das Leis Trabalhistas – CLT - e pode ser entendido como um regime jurídico que orienta o trabalho dos servidores públicos, por meio de uma lei específica, como exemplo os servidores públicos federais são regidos pela Lei de nº 8.112 do ano de 1990 (BRASIL, 1990). Já o Estado do Tocantins no ano de 2012, apresentou uma população ativa no serviço público do executivo de 5.949 servidores, sendo que a população do estado no ano de 2010 era de 1.383.445 habitantes. Em sua administração direta possuía no seu

quadro de pessoal 47.443 servidores (IBGE - PERFIL DOS ESTADOS, 2013).

Esses dados apontam que houve um grande crescimento no número de vagas nos cargos públicos do Brasil durante os últimos anos provocando uma mudança no comportamento do trabalhador brasileiro e influenciando em uma procura constante por cargos públicos. Refletindo sobre essa crescente onda pelo país à fora, pela busca desenfreada pelo concurso público, pensou-se na elaboração de um estudo teórico com o objetivo de entender o que mobiliza um cidadão a buscar uma carreira pública e ao mesmo tempo articular com as características peculiares da cidade de Palmas, capital do Tocantins.

Sendo Palmas/TO uma capital que está nesse movimento ascendente e é considerada como uma cidade administrativa propõe-se nesse artigo identificar a relação entre as representações simbólicas da capital desse estado, com as oportunidades e a busca pelo setor público por parte dos “concurseiros”, apresentando aspectos da identidade desta categoria.

Esse artigo aborda questões como o sentido do trabalho; a caracterização e a identidade do servidor público; descrição sobre a cidade de Palmas; dados da cidade e da gestão pública; análise do material encontrado e conclusão.

2 | SENTIDO DO TRABALHO

Antes de prosseguir é importante salientar o que significa trabalho e qual o sentido que este tem para um indivíduo, já que o artigo tratará de questões relacionadas à carreira pública e identidade do servidor público, derivações essas que advém do mundo do trabalho. Apropria-se neste momento, da análise de Morin (2001), a qual destacou que as propriedades do trabalho estão relacionadas às condições do emprego e do trabalho em si. Sobre as condições do trabalho pode-se entender salário justo e aceitável; estabilidade no emprego; vantagens apropriadas; segurança e saúde e processos adequados, enquanto o trabalho em si está relacionado a variedade de desafios; à aprendizagem contínua; autonomia; reconhecimento e apoio; contribuição social que faz sentido e um futuro desejável.

Outro conceito que dialoga com o conceito trazido por Morin (2001) é a abordagem proposta por Faitão & Pinheiro (2013) os quais tratam dos sentidos do trabalho como um processo de relações sociais, e traduz este significado como as representações sociais da tarefa pelo sujeito compreendida nas dimensões individuais, grupais e sociais e os sentidos se relacionam ao sentimento de realização e satisfação, desenvolvimento profissional, liberdade e autonomia em seu trabalho.

Mais uma contribuição para o sentido do trabalho pode ser vista sob a ótica do reconhecimento profissional, que pode se entender como um julgamento sobre a contribuição dos resultados e investimento pessoal do trabalhador, fundamentada na crença do trabalhador ser merecedor de respeito, conforme Bendassolli (2012).

Essas três abordagens teóricas apresentadas sobre o sentido do trabalho proporcionarão ao leitor, mais à frente, entender qual é esse sentido para o servidor público, o que este trabalhador busca em relação ao seu trabalho cotidiano. Para prosseguir com o este entendimento, apresenta-se a metodologia de trabalho e na sequência, a definição de servidor público, de identidade dos candidatos e os fatores que influenciam na migração para cidade de Palmas.

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi o levantamento do material bibliográfico produzido sobre as temáticas: Trabalho; Serviço Público; Identidade; Palmas; Migrações (ALBRECHT, 2010; BEZERRA, 2013, CANDICE, 1995; DEBORD, 2003; HARVEY, 1996; PINTO, 2014; REIS, 2010; RIBEIRO; MANCEBO, 2009; SILVA, 2014; VELASQUES, 2011). Desse levantamento, obtive um vasto material sobre o assunto, entre artigo, dissertações de mestrado e teses de doutorado e reportagem de jornais que contribuíram para aprofundamento da temática escolhida

Além desse levantamento bibliográfico, foi utilizado dados do IBGE, Valor Econômico e do Ministério do Planejamento para obtenção dos dados secundários.

4 | SERVIÇO PÚBLICO

4.1 Caracterização do Serviço Público

De acordo com a lei 8.112/90 (BRASIL, 1990) os artigos 01 a 03 regulamentam:

Art. 1ª Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2ª Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3ª Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão (BRASIL, 1990).

Pinto (2014) apresenta que o serviço público é uma herança de origem lusitana e que desde 1808, quando a Família Real veio para o Brasil, trouxe consigo cerca de 1000 funcionários públicos para trabalharem no centro naval e no comércio imperial que existia na cidade do Rio de Janeiro. Além desse público, é citado por Pinto (2014) que brasileiros iam estudar em Portugal com objetivos de ingressarem em uma carreira pública posteriormente e que 64% optavam pelo curso de Direito por oferecerem melhores oportunidades na época.

Nota-se que o funcionalismo público sofreu grandes transformações até os dias atuais, mas foi no período do governo Vargas (1930-1945) que esta classe de trabalhadores teve suas normas de trabalho regulamentadas pelo Decreto 1.713. Além das leis promulgadas, o governo Vargas promoveu um grande aumento de vagas nas instituições públicas, conforme descrição de Pinto (2014) e o funcionalismo público passou a ser visto como setor de trabalho que os trabalhadores tinham certos privilégios diferentes dos demais.

No período da ditadura militar houve uma reforma que incrementou as seleções no serviço público, e a criação de novos ministérios além da profissionalização dos servidores públicos. A incerteza do mercado provocou uma grande corrida por serviços públicos, mas foi com a constituição de 1988 e a Reforma Administrativa de 1995, como descrito por Pinto (2014), que o serviço público sofreu grandes alterações.

A constituição de 1988 foi o marco para o serviço público levando a União, os estados e municípios a criarem e regulamentarem serviços necessários para execução e garantia dos direitos civis, assim promovendo um aumento no quadro de servidores públicos. Porém, a constituição por si só não conseguiu implantar as suas leis e estatutos, assim muitas áreas públicas após 1988 foram sucatearam por falta de incentivos financeiros e por falta de pessoal, visto principalmente no governo de Fernando Collor de Melo.

Foi a Reforma Administrativa do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, que instaurou a passagem de um modelo burocrata para um modelo gerencial no serviço público. Esse novo modelo, como afirma Pinto (2014) tinha como premissa a existência de um Estado Mínimo e eficiente, foi a era das grandes privatizações no Brasil, a era Bresser, autor do plano para reforma administrativa.

Já em 2003, com o governo do Partido dos Trabalhadores – PT- houve um crescente aumento dos concursos públicos como alternativa para minimizar a precarização das instituições nos governos anteriores e recompor o funcionalismo público.

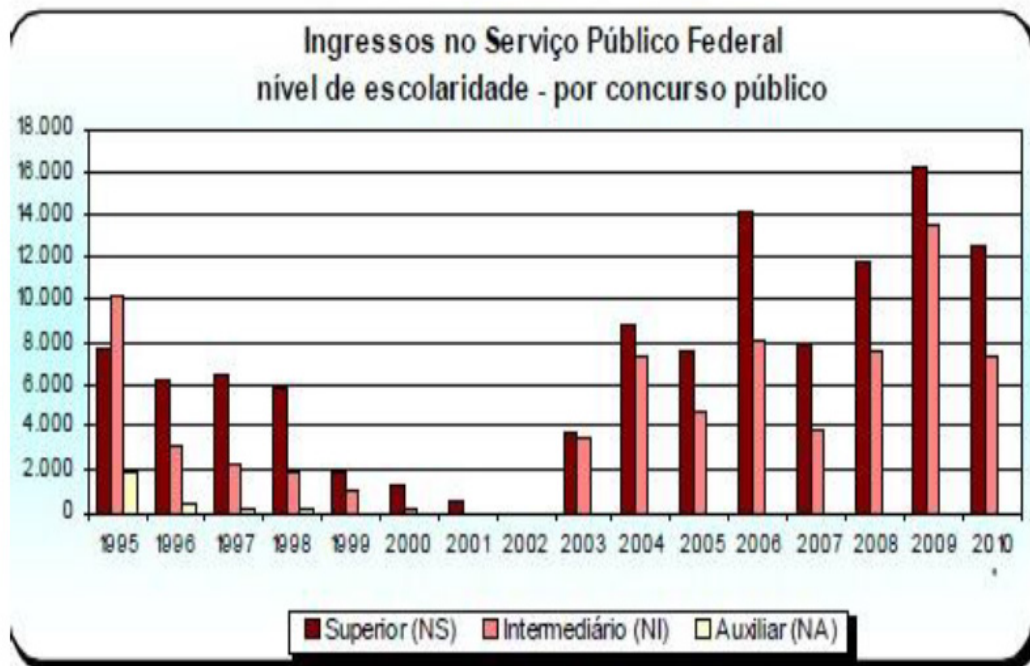


Figura 1 - Concurso público federal no governo FHC e Lula
 Fonte: Pinto (2014)

O gráfico acima aponta o contraste das aberturas de vagas no governo Fernando Henrique e no governo Lula. Enquanto no governo FHC o gráfico demonstra uma queda constante, no governo Lula, a partir de 2003, há um constante crescimento das vagas nos concursos públicos federais, inclusive por profissionais com curso superior.

Pinto (2014) expõe que esse aumento no número de vagas trouxe concomitantemente um maior critério e rigor nos concursos, já que a concorrência também aumentara. Esse rigor, juntamente com a dificuldade de passar em um concurso, corroborou para a imagem do servidor de maneira positiva, trazendo conceitos como competência e seriedade para esse grupo de trabalhadores.

4.2 Identidade do Servidor Público

O mundo do trabalho sofreu grandes transformações desde a década de 1970, período que surge um novo regime econômico, um regime flexível (HARVEY, 1996). Esse novo regime trouxe mudanças diretas no comportamento e na identidade do trabalhador criando uma nova cultura social do trabalho, caracterizada pelo individualismo, pela competitividade, pela obsolescência programada, pelo fugaz e pelo efêmero, pela ditadura do consumo e como consequência produziu uma classe trabalhadora desorganizada. Esses traços não ficaram apenas no setor da economia privada, se estenderam ao sistema público também, isto podendo ser ratificado, como já citado, pela mudança do regime burocrático estatal para o regime gerencialista, com a Reforma Administrativa do Estado no Governo FHC, onde como exemplo, a

meritocracia, a avaliação de desempenho e a fixação de metas ganham espaço no setor público.

Não obstante, pode-se verificar nos estudos de Albrecht (2010) que essa competição profissional, traço do modelo gerencialista, e ao mesmo tempo a ênfase no caráter individualista é demonstrada por aqueles que buscam por uma carreira pública, os chamados “concurseiros” (STAINK, A, 2013). A competição ocorre na busca pela entrada nos serviços públicos. A preocupação maior ou a motivação maior para esses candidatos é descrita como a estabilidade, a remuneração e a qualidade de vida que o serviço público proporciona, não declarando a importância do bem comum, o bem coletivo prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Capítulo I, Seção I:

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo (BRASIL, 1994).

Dessa forma, afirma em sua pesquisa Albrecht (2010) que a motivação dos “concurseiros” não é pela natureza dos serviços prestados pelos cargos ocupados e que não descrevem a importância, a abrangência do papel que devem executar. A motivação está relacionada à inserção e permanência no mundo do trabalho contemporâneo e possibilidade de carreira no serviço público que garantirão a subsistência e a satisfação das necessidades humanas e psicológicas de realização. Assim, o serviço público pode ser visto como um trampolim para projetos pessoais, atingindo uma dimensão psicológica, já que os favorecem pelo não excesso de trabalho, gerador de tempo disponível e a estabilidade financeira. Assim, Albrecht (2010) apresenta que:

A estabilidade, mesmo sendo uma característica essencial deste segmento, na medida em que garante ao trabalhador que será demitido apenas por falta grave, abre espaço para que o servidor assimile a sua atividade de trabalho como algo marginal em sua vida, executando desse modo, o mínimo necessário (SORATTO, 2000 *apud* ALBRECHT, 2010, p. 83).

Albrecht (2010) chama atenção em suas considerações que o sentido do trabalho no serviço público é muito mais relacionado ao emprego que o trabalho em si, essa seria uma maneira de enfrentar a perversidade, vulnerabilidade e incerteza das relações trabalhistas vigentes no setor privado, mesmo tendo consciência de entrar em um trabalho burocrático e visto como desmotivador por muitos. Essa é uma estratégia de se sentir seguro e procurar um lugar seguro no mundo contemporâneo baseado no regime de acumulação flexível que a todo mundo fomenta a incerteza e a deriva no trabalhador.

Além dos contratos flexíveis, em que o trabalhador perde muito de suas garantias

trabalhistas, são vistos como uma das causas motivadoras que fazem com que algumas pessoas partem em busca do serviço público, mas outros aspectos devem também ser considerados nessa análise. Destarte, deve-se lembrar que a sociedade contemporânea vive a denominada sociedade do espetáculo, como afirma Debord (2003), em que o espetáculo é mediatizado pelas imagens nas relações sociais, sendo uma das características marcante dessa era, o consumismo desenfreado que promove a visibilidade dos atores sociais. “Toda vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003, p.13)

Assim, com os salários atrativos ofertados pelo setor público, o servidor passa a ter condições de ter e usufruir da vida com maior intensidade (PINTO, 2014) e também, passar a ganhar uma maior visibilidade com o status e empoderamento promovidos pelo cargo ocupado, reforçando dessa forma, a sociedade do espetáculo. A sociedade passa por uma predominância de uma lógica fria e utilitarista restringindo a atividade laboral apenas como meio para atingir o seu fim, apontam Ribeiro e Mancebo (2009), quando citam que “já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito” (CAMPS, 1993, p. 124 *apud* RIBEIRO & MANCEBO, 2009, p. 150).

Outro fator determinante levantado por Pinto (2014) refere-se ao grupo o qual o “concurseiro” está inserido. A vida dessas pessoas está cercada de pessoas com trajetórias de “sucesso” no serviço público. Os pais e parentes são vistos como espelho para esses candidatos e há um compartilhamento de ideais que impera nesses grupos sociais. Desde a tenra infância, o discurso da estabilidade financeira é dito nas convivências familiares, como também disseminado pelas universidades.

O grupo influencia na organização da vida e ocupa um lugar privilegiado na formação de “envelopes de identidade”, ou seja, constitui um espaço intermediário onde se situa a passagem entre a realidade psíquica interna e o mundo exterior. Podemos afirmar que a família, os grupos de universidade e trabalho são grupos de pertencimento que influenciam a produção subjetiva concursante. Uma vez dentro destes, o sujeito incorpora suas normas, sua cultura e seus “projetos”, construindo sua forma de agir no mundo a partir de como lida com todas estas questões (CARRETEIRO, 1993 *apud* PINTO, 2014, p. 135).

Portanto, é preciso considerar uma variedade de fatores que influenciam na construção da identidade daqueles que optam por uma vida de “concurseiro” a fim de conseguir um serviço público, que vão desde questões estruturais de regime econômico até as interferências de relações grupais e relações sociais apresentadas aqui como forma de status, visibilidade e empoderamento. E conforme afirma Silva (2014), a identidade é aberta, sempre em construção, dessa forma não podemos enxergar

esses candidatos com uma identidade pronta ou inacabada, mas sim, influenciada por diversos fatores.

5 | PALMAS – CAPITAL DO TOCANTINS

5.1 Identidade Da Cidade Em Questão

Diante de toda a questão teórica levantada neste artigo, deve-se olhar para Palmas, a capital do Tocantins, a mais nova capital do Brasil e a constituição de sua identidade. Todos os aspectos que foram descritos nesta discussão remetem ao mesmo fenômeno que ocorre na capital do Tocantins, nesta última década principalmente.

Palmas é a capital do Estado do Tocantins fundada em 1989, possuindo uma população de 228.332 habitantes em 2010 e uma estimativa em 2015, de 272.726 habitantes, ocupando uma área de 2.218,943 km², totalmente inserida no bioma Cerrado (IBGE, 2010). Em 2014, segundo o IBGE, o município teve um gasto nas finanças públicas de despesa orçamentária com pessoal e encargos sociais de 395.636 mil reais. A cidade apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDHM, de 0,788 medido em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD-, e uma população ocupada de 123.879 pessoas. Apenas na administração direta do município são 9.337 servidores, segundo o perfil dos municípios do IBGE em 2014.

O jornal Valor Econômico (2013), em sua página sobre macroeconomia, traz uma matéria falando do crescimento do funcionalismo público no Brasil, demonstrando que a maior parcela dos trabalhadores vinculados a administração direta no total de servidores públicos foi registrada no Tocantins com 92,1%, ficando atrás somente do Amapá (92,7%) e o Mato Grosso (98,2%).

Além de todos os dados socioeconômicos apresentados, Palmas é uma cidade personalizada e que favorece a migração para a cidade da “felicidade”, conforme descrita por Bezerra (2013). O fato da cidade oferecer atrativos migratórios faz com que muitos busquem a cidade para viver e obter a felicidade, assim, buscam o concurso público como um meio para atingir esse fim.

Esse fato se relaciona à construção da identidade de Palmas, uma vez que reforça esse movimento. E para um melhor entendimento, é necessário revisitar a trajetória dessa construção, onde o mito do idealizador do Estado do Tocantins, o ex-governador Siqueira Campos se fez presente por meio dos discursos, prédios e monumentos legitimados pelas figuras simbólicas de Theotônio Segurado e Juscelino Kubistchek (REIS, 2010).

Reis (2010) aponta que Siqueira Campos idealizava a capital como o *ex-nihilo* já que pretendia criar uma capital onde não existia nada anteriormente. Para Reis (2010) a criação de uma nova cidade é um símbolo forte e altamente político que traduz em grande valor e marca a história. Diante desse cenário, Siqueira Campos poderia ser

comparado a Juscelino Kubistchek, como demonstra no texto nas ações mais adiante.

Também vem contribuir com a análise do que estava por traz da construção da cidade de Palmas Candice (1995) ao afirmar que Siqueira Campos utiliza das disparidades regionais do Estado do Tocantins para sustentar a ideia da capital do Estado como o local provedor de desenvolvimento e integrador das regiões marginalizadas. Aponta também que os discursos políticos referentes ao estado e à capital englobavam os mais diversos interesses de maneira a atingir as suas necessidades e desejos. Dessa forma, provocava um sentimento de excitação nessas pessoas, de maneira a contribuir para o fortalecimento do discurso e da nova identidade étnica e nacional do plano regional.

Destarte, estratégias do governo facilitam a migração, começando pelo próprio discurso ideário do seu idealizador, conforme cita Bezerra (2013). Um discurso em que se coloca Palmas como a cidade para quem busca uma vida melhor, uma cidade da realização do seu sonho. É a cidade da felicidade, formando assim, uma consciência sonhadora nos migrantes. Silva (2014) aponta que os discursos dos seus idealizadores buscavam expressar uma representação da superação do atraso. A chegada do progresso valorizava o que se negava anteriormente, como a identidade sertaneja e colocando como característica de originalidade e autenticidade regional.

Mesmo tendo ocorrido esse discurso há quase três décadas atrás, o discurso permanece e se fortalece no imaginário daqueles que estão buscando uma vida melhor, tendo o serviço público um caminho para realização desse sonho. Estratégias políticas, até os dias de hoje, são utilizadas para atrair migrantes para a cidade de Palmas. Em 2015, o atual prefeito Carlos Amastha incluiu a participação da cidade de Palmas na pesquisa sobre as melhores cidades do Brasil, feita pela consultoria *Austin Ratings* e o resultado trouxe para o município o melhor IDH do Brasil (PREFEITURA DE PALMAS, 2015). Vale abrir um parêntese aqui, que o PNUD é o órgão reconhecido mundialmente para medir o IDH, com objetivos e métodos de trabalhos específicos para tal aferição de dados.

Retomando as estratégias políticas do município, os discursos presentes no âmbito político favorecem a inserção no setor público por muitos profissionais de diversas regiões do Brasil de virem realizar o seu sonho na mais nova capital do país, onde se tem o melhor local para se viver. Esse discurso se perpetua e vira um mito na consciência social. “O mito, ainda, tem o papel de “fortalecer a tradição, dotando-a de valor e prestígio maiores, remontando-a a realidade mais alta, melhor, mais sobrenatural, dos eventos iniciais” (MALINOWSKI, 1974, p. 100 *apud* SILVA, 2014).

Outro ponto que chama atenção são os desenhos urbanísticos utilizados para a construção de Palmas cujo o contexto histórico e os acontecimentos tiveram muitas semelhanças à Brasília, inclusive o senso comum rotula Palmas como cópia de Brasília, observa Velasques (2011). Além do traçado se assemelhar, os espaços sociais também têm o mesmo fim, ou de uma certa forma ambas cidades favorecem uma exclusão social, o contato mínimo com as pessoas. São as cidades feitas para

os carros.

Dessa forma, podemos ir além das semelhanças urbanísticas e pensar nos comportamentos culturais da população ativa de Palmas e Brasília, já que o Distrito Federal é lugar que mais tem servidores públicos trabalhando, segundo o Ministério do Planejamento (2015b). Assim, Palmas se assemelha à capital brasileira mais uma vez, uma vez que não tem grandes indústrias e o seu nicho forte de trabalho é o setor público. E é esse setor que com altos salários e a cobiçada estabilidade proverá o estilo de viver como pensado os traçados urbanísticos na cidade, um estilo consumista e elitizado.

Diante dessa exposição, pode-se pensar na identidade da capital do Tocantins como algo imaginado e construído como uma ideologia política dos seus idealizadores, como destaca Candice (1995), a partir da geografia regional, juntamente com os símbolos e discursos os quais enfatizam uma região personalizada, destacada da nação do Brasil.

5.2 Reflexão Sobre a Realidade de Palmas e os Conceitos Teóricos Sobre Identidade e o Movimento de Migração por Meio dos Concursos Públicos

Refletindo sobre a cidade de Palmas com todas as suas características históricas e urbanísticas, e ao mesmo tempo, compreendendo as questões as quais mobilizam um profissional a buscar o serviço público, pode-se entender que o fenômeno do concurso público é e será uma contínua crescente na capital do Tocantins, já que permanece a existência de um discurso imbricado nas instituições do Estado. E são as instituições do Estado que vão fomentar essa busca para a “tal” felicidade, dita pelos seus idealizadores, estimulando a migração de profissionais do Brasil que querem a estabilidade, um bom salário e uma qualidade de vida, podendo assim se orgulhar em dizer que vivem em uma das melhores cidades do Brasil, a cidade da ‘felicidade’.

Assim, pode-se perceber que aqueles profissionais que têm a sua identidade baseada nessas crenças e valores, onde classificam a estabilidade, os atrativos salários, a imagem e o consumismo primeiramente com a identificação do trabalho, buscarão fazer parte dessa classe, que antes eram muito mal vista e hoje vem mudando a sua imagem, devido aos rigores dos concursos. A capital do Tocantins é o amparo para essa identidade, já que perpetua no imaginário do seu povo o “ideal” de felicidade similar à vida e os costumes da capital brasileira, Brasília.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode observar nesse estudo é que desde o ano de 2003, o concurso público ganhou espaço, abrindo novas vagas e ampliando os ministérios e órgãos públicos. Esse fenômeno crescente pôde ser observado no Brasil todo, principalmente,

na região norte.

Além de questões políticas, o modelo econômico vigente fomentou nos trabalhadores essa busca desenfreada pela estabilidade e garantia financeira. Essa foi a maneira que os profissionais conseguiram para lidar com a precariedade das relações trabalhistas e minimizar o sofrimento psíquico causado pelo modelo gerencialista de trabalho.

Os fatores sociais e identitários também contribuem para essa busca profissional, já que grupos que os trabalhadores pertencem disseminam ideais, crenças e valores sobre o trabalho e como garantir e prover suas vidas. Porém, o sentido do trabalho, de acordo com os pressupostos teóricos apresentados não são relevantes ou não têm importância para categoria dos “concurseiros”. O sentido do trabalho é marginalizado, quando a realização está em outros projetos pessoais.

Quanto a cidade de Palmas, capital do Tocantins, conclui-se que há um cenário propício para fomentar esse fenômeno dos concursos. Haja visto a criação de políticas de atração para os migrantes “concurseiros”, com aumentos dos cargos públicos, mais estabilidade e a atratividade dos salários, quanto nos discursos e espaços urbanos de identificação regional com a imagem da felicidade: consumo, status, visibilidade e poder. Apesar desses candidatos fugirem do modelo econômico flexível, muitas vezes têm que se deparar com traços que reproduzem tal modelo, mesmo almejando o serviço público. Esses traços são vistos na dedicação máxima de si mesmo aos estudos, muitas vezes na competição consigo mesmo e na responsabilidade única de desenvolver-se para chegar ao seu objetivo final. Ou seja, é a crença que para alcançar o seu objetivo final só depende de si mesmo, crença altamente difundida pelo capitalismo flexível, expressão máxima do capitalismo atual: *self-made man* já citada nas obras de Weber (1967).

Esse trabalho não se exaure aqui, tendo muito a percorrer ainda para aprofundar no estudo específico da identidade dos “concurseiros” de Palmas. Como dito anteriormente, a identidade não está completamente acabada, e um estudo dos órgãos específicos do Governo, possivelmente, trará novos comportamentos identitários do grupo estudado. Assim, fica como sugestão, já que é um campo vasto e cheio de oportunidades de pesquisa para uma melhor compreensão do fenômeno do concurso público, podendo com a análise contribuir com os profissionais que estão nessa busca e também com o poder público que trabalha com estratégias para esse fim.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Pricila. Sentidos do trabalho para “concurseiros”: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Dissertação de mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, fev. 2010.

BENDASSOLLI, Pedro. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas.

Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan. /mar 2013.

BEZERRA, Nilva. A felicidade na produção do espaço urbano de Palmas - TO por meio da migração. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p.257-282, agos/2013.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**. Aprova o código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal. Novembro, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em 17/02/16.

BRASIL. **Lei nº 8112**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das funções públicas federais. Dezembro, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em 17/02/16.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução em português: [www.terravista.pt/Ilhadomel/1540](http://www.terraviva.pt/Ilhadomel/1540). 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 03/02/2016.

FAITÃO, Carlise Ecco & PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto. Os Sentidos do trabalho para servidores públicos da saúde. **Perspectiva, Erechim**. v.36, n.136, p.155-166, dezembro 2012.

GLOBO.COM. **G1 política e notícia**. 26/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/n-de-servidores-publicos-municipais-subiu-667-em-13-anos-diz-ibge.html>>. Acesso em: 03/02/2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico - 2010. Cidades@: O Brasil município por município**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=172100&search=tocantins|palmas|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 17/02/16.

_____. **Perfil dos estados**. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadic2013/ver_tema.php?tema=t1_1&munic=&uf=17&nome=>>. Acesso em: 15/02/2016.

_____. **Perfil dos municípios**. 2014. Disponível em: <http://munic.ibge.gov.br/ver_tema.php?ordem=1.&munic=172100&uf=17&nome=palmas&periodo=2014>. Acesso em: 15/02/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Gestão de Pessoas**. 2015a. Disponível em: <<https://servicosdoservidor.planejamento.gov.br/web/segep/portal-gestao-pessoas-painel-forca-trabalho>>. Acesso em 15/02/2016.

_____. **Painel do servidor**. 2015b. Disponível em: <<http://paineldoservidor.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Boletim%20Estatistico%20de%20Pessoal.qvw&host=QVS%40win-uep82lprjmh&anonymous=true>>. Acesso em 15/02/2016.

MORIN, Estelle M. Os Sentidos do Trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**• São Paulo. v. 41 • n. 3, 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (2016). O que somos. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>>. Acesso em: 17/02/2016.

PINTO, Bruna de Oliveira Santos. O fenômeno do concurso público: análise sobre o cenário contemporâneo do trabalho/ Bruna de Oliveira Santos Pinto. – 2014. 180f. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal Fluminense, Instituto Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia.

PREFEITURA DE PALMAS. **Gabinete do prefeito**. 2015. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/gabinete/noticia/1500891/palmas-e-a-primeira-no-ranking-de-desenvolvimento-humano/>>. Acesso em: 17/02/2016.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. A construção do mito do fundador do Estado do Tocantins (1988-2002). **X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política**. Universidade Federal do Pernambuco. Centro de Filosofia E Ciências Humanas. 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269211351_ARQUIVO_ArtigoRecife.pdf>. Acesso em 15/04/2016.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. & MANCEBO, Deise. Concurso público, uma alternativa sensata frente às turbulências do mundo do trabalho? **Trabalho & Educação** – vol.18, nº 1, 2009.

SILVA, Reijane Pinheiro da. O Sertão e suas possibilidades: problematizando a construção da identidade do Tocantins. In: FREIRE, Juciley Evangelista; OLIVEIRA, Antônio Miranda de. (Org.). **Educação, participação política e identidade cultural: uma contribuição multidisciplinar para a formação docente no Tocantins**. 01ed.Palmas, TO: 2014, v. 01, p. 120-133.

VALOR ECONÔMICO. **Macroeconomia**. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3046800/ibge-funcionarios-publicos-eram-16-da-populacao-brasileira-em-2012>>. Acesso em: 03/02/2016.

VELASQUES, Ana Beatriz Araújo. A concepção de Palmas (1989) e sua generalidade: urbanismo e capitalidade na história da criação de novas cidades. **XIV Encontro nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro - RJ – Brasil, 2011.

WEBER, Marx. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-064-3

